

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS
BIÊNIO 2025/2026

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas e oito minutos, realizou-se, no Plenário da Câmara Municipal de Ponte Nova, a Décima Nona Reunião da Comissão de Serviços Públicos Municipais, sob a presidência do vereador Emersânio Pinheiro de Carvalho, e com a participação dos vereadores José Gonçalves Osório Filho e Guilherme Belmiro do Couto. Também estiveram presentes os vereadores Gustavo Antônio Gomes da Silveira e José Rubens Alves, o Assessor Legislativo Edinei dos Santos e o Agente Administrativo Analista Bruno Siqueira Andrade. Dando início aos trabalhos, o Presidente convidou os Senhores Rodrigo Carraro, Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes, e José Flávio de Andrade Filho, Diretor da empresa São Jorge AutoBus, para prestarem esclarecimentos acerca da prestação do serviço de transporte público no município. Após prestados os esclarecimentos, realizou-se a leitura, para fins de recebimento, dos seguintes projetos de lei: **1) PLC 4.139/2025** - Prorroga, até 31 de dezembro de 2026, a vigência do Plano Decenal Municipal da Educação, aprovado por meio da Lei nº 3.977, de 24 de junho de 2015. A Comissão deliberou por discutir e votar esse projeto em Plenário, sem emendas; **2) PL 4.140/2025** - Revoga a Lei nº 4.343/2019, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terreno no Bairro Estrela da Mata ao Estado de Minas Gerais e à Ordem dos Advogados do Brasil/Ponte Nova, para a construção do novo prédio do Ministério Público da Comarca e de uma sede de apoio da OAB Ponte Nova. A Comissão deliberou por aguardar maior análise para emissão de parecer; **3) PL 4.141/2025** - Referenda a reversão ao patrimônio do Município de Ponte Nova dos imóveis doados ao Estado de Minas Gerais, por meio da Lei nº 4.298/2019 e da Lei 4.486/2021, em razão da desistência do cumprimento do encargo previsto. A Comissão deliberou por aguardar maior análise para emissão de parecer; **4) PLC 4.142/2025** - Cria e regulamenta a Função Gratificada de Agente de Contratação e a Função Gratificada de Agente de Controle Interno, no âmbito da administração direta do Poder Executivo, altera a denominação e vencimento da "Função

Administrativa de Responsável pelo Compras Centralizada FGI", criada pela Lei Complementar nº 4.817/2025, cria a Função Gratificada de Responsável pela Vigilância e Monitoramento, revoga a Lei Complementar nº 2.832/2005, e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar maior análise para emissão de parecer. Em seguida, realizou-se a discussão e deliberação sobre os seguintes projetos de lei: **1) PLL 18/2025** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional Brasileiro em escolas localizadas no Município e em eventos culturais, desportivos e institucionais realizados em Ponte Nova e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar maior análise desse projeto para emissão de parecer; **2) PLL 19/2025** - Altera a Lei Municipal nº 4.085/2016, que dispõe sobre a instalação e o uso de extensão temporária de passeio público (parklet), para dispor sobre diretrizes regulamentares mínimas, e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar maior análise desse projeto para emissão de parecer; **3) PL 4.138/2025** - Institui o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o quadriênio 2026-2029 e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar maior análise desse projeto para emissão de parecer; **4) PL 4.124/2025** - Altera a Lei nº 3.115/2007, que autoriza o Poder Executivo a criar Patrulha Rural Mecanizada Municipal. A Comissão deliberou por aguardar maior análise desse projeto para emissão de parecer; **5) PL 4.128/2025** - Altera a Lei Complementar nº 4.029/2016, que dispõe sobre o Plano Diretor, a Lei Complementar nº 3.234/2008, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo, e a Lei Complementar nº 3.445/2010, que dispõe sobre a Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento, para incluir disposições sobre zonas de urbanização específica. A Comissão deliberou por aguardar maior análise desse projeto para emissão de parecer; **6) PLC 4.137/2025** - Altera a Lei Complementar nº 3.027/2007, para dispor sobre adoção de abrigos em ponto de ônibus, e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar maior análise desse projeto para emissão de parecer. Por fim, deliberou-se por convidar representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano para participarem da próxima reunião desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, a reunião se encerrou às dezoito horas e vinte e quatro minutos. Assim, lavrou-se a presente ata, aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

Emersânio Pinheiro de Carvalho
Presidente

Guilherme Belmiro do Couto
Secretário

José Gonçalves Osório Filho
Membro